

TERRITÓRIO E TURISMO: IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS (1)

PAVIANI, Aldo *

Introdução

As facilidades de comunicação cada vez mais propiciam viagens ao redor do mundo, sendo para alguns países uma “indústria sem chaminés” de grande importância. Turismo, quase sempre significa aproveitamento de recursos da Natureza (praias, montanhas, lagos, redutos silvestres, rios caudalosos etc). Em nossos dias, a questão ambiental, no que se refere ao turismo, deve merecer cuidados porque o setor turístico iguala ambiente a “qualidade ambiental” para fins de entretenimento, repouso e investimentos. Nesta indústria lucrativa, não se atenta para os possíveis e previsíveis danos à Natureza que poderá acarretar.

Assim, ao longo das décadas de 80 e de 90, empresários, administradores, economistas, governantes e geógrafos vêm dando cada vez mais espaço para avaliar as potencialidades turísticas em diferentes quadrantes do planeta; potencialidades estas que ficam mais evidentes com a economia globalizada e fragmentada. Para esta avaliação e preparação dos lugares com potencial turístico, “treinam-se” profissionais de diferentes formações e em diversos graus de escolaridade. As matérias ligadas ao turismo fazem parte de currículos e/ou constituem graduações em escolas de terceiro grau. Esta é uma estratégia para o preparo de pessoal qualificado, que necessita de treinamento específico.

De forma crítica, deseja-se argumentar e dar relevo para a descoberta das “deseconomias” trazidas pelo turismo nos ambientes em que se instala. A qualidade dos ambientes modificados é uma reflexão que se impõe para avaliar os impactos sobre a Natureza que os fluxos turísticos ocasionam. Há que se avaliar os impactos sócio-ambientais sobretudo nos países subdesenvolvidos, agora “descobertos” pelas redes turísticas internacionais. Nestes países, por vezes dotados de magníficos cenários naturais, nota-se crescente investimento em complexos turísticos, tais como redes hoteleiras implantadas ao longo de praias inóspitas, à beira de rios, junto a cachoeiras ou sopés de montanhas, que acabam por afetar a qualidade do meio e das próprias atividades preexistentes (agricultura, pesca, etc.).

Nesta contribuição deseja-se introduzir algumas reflexões e debater como a Geografia poderá contribuir para a avaliação dos impactos que o turismo introduz em alguns ambientes, vis-a-vis às propaladas vantagens comparativas que a atividade pode trazer. Deseja-se também demonstrar, para o caso de Brasília, como há intensa propaganda para estimular as viagens para outros países, acarretando perda de divisas e geração de empregos em outros contextos geográficos.

* Professor do Departamento de Geografia e Diretor do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Turismo: muda ou transforma?(2)

Antes de aprofundar a temática em pauta, seria oportuno registrar a advertência que nos oferece Bruno Latour em seu recente livro JAMAIS FOMOS MODERNOS: “Cabe a nós mudar nossas formas de mudar”(3). Este autor nos conduz a examinar esta questão e teorizar com adaptações para as reflexões que seguem.

Fruto das observações feitas sobre a realidade brasileira, sobretudo aquela de nossas metrópoles, a pergunta inicial se ligaria apenas às **mudanças** observáveis em nosso contexto? Ou se ampliaria para incluir igualmente o que possui permanência ou se encontra cristalizado e, também, para o que sofre **transformações**? Ironicamente, há que se considerar que, às vezes, muda-se para que tudo permaneça como está, tal como reza o mote francês “plus ça change, plus c’est la même chose”...

Todavia, o que se tem como mudança pode estar apenas mudando de lugar, pode estar alterando sua forma ou estrutura ou função, mas que, na essência, pode não estar se transformando em outra coisa, não se fez alteração em profundidade. Assim, o termo **mudança** refere aquelas ações que não atingiram a raiz de certas problemáticas, pois estas apenas se alteraram superficialmente.

Convém também lembrar que a Natureza tem História como remarcou Milton Santos em sua conferência de abertura dos cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 10 de março de 1992. Nesta conferência, com o sugestivo título **1992: A REDESCOBERTA DA NATUREZA**, foi sublinhado que “sem o homem, isto é, antes da História, a natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do planeta pelos homens lhe infringiu. Agora, porém há uma enorme mudança. **Una**, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora **unificada** pela História, em benefício de firmas, estados e classes hegemônicas”.(4)

Muito do que está se debatendo na Geografia brasileira, na atualidade, haverá de se reportar ao que Milton Santos, sublinhou, pois nada poderá ter maior implicação com “redescoberta da Natureza” do que os enclaves turísticos que se disseminam por todos os quadrantes do globo. Todo recanto, mesmo bravio, agora recebe fluxos turísticos...

Uma outra questão pode ser agregada valendo-nos da experiência de outro geógrafo, Manuel Correia de Andrade quando, no Encontro Internacional O NOVO MAPA DO MUNDO, patrocinado pela ANPUR em 1992, tratou da “Sociedade a ser Interpretada”. Afirmou, então, Andrade: “Ao se analisar o processo de organização do espaço pela sociedade, a grande dificuldade é entender que a sociedade é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Assim, ela destrói a natureza primitiva, dentro de condições possibilitadas pela natureza, mas, ao mesmo tempo, a natureza primitiva se reconstitui em forma de uma segunda natureza, diferente da primeira. E a sociedade, ao mesmo tempo que constrói, dialeticamente destrói e se prepara para uma nova reconstrução dentro de determinados objetivos, que não serão integralmente atingidos, de vez que, à proporção que se processa a transformação, os objetivos vão também se modificando”.(5)

Estes pensamentos balizadores para os desafios que os geógrafos do turismo e os “cientistas ambientais” deverão captar para o caso brasileiro, quando da análise do que mudou ou do que se transformou na organização territorial, sobretudo nos últimos vinte anos. Deve-se refletir, também, sobre os resultados que se observam para os territórios agora inseridos nos circuitos do turismo internacional como uma fonte de trabalho e captura de divisas em moedas fortes.

Na perspectiva delineada, temos uma percepção e análise de Bertha Becker, quando observa ser o Brasil “um país urbano, mas um **país rico de pobres**, um país de múltiplos tempos e espaços”, com grande extensão territorial (“o maior país situado na faixa intertropical”), com a “maior floresta pluvial do planeta”, com “posição entre as dez maiores economias industriais do mundo”, onde ocorrem rápidas transformações. Um pouco mais adiante, Becker refere-se à “emergência de um padrão de desenvolvimento sustentável calcado numa outra relação sociedade-natureza”, questionando se a “ecologia constitui um elemento para a definição de um novo padrão de desenvolvimento no Brasil”, indagando também “se está havendo mudança dos vetores que organizam o território e produzem o quadro ambiental brasileiro”. Bertha Becker salientou ainda que: 1_o Deve-se entender o que se passa no mundo; 2_o Como os novos atores estão se organizando, que novas alianças e redes se formam, fazendo surgir “novas territorialidades” e 3_o Como a Sociedade percebe este novo padrão, que não permite ignorar a tecnologia, nem permanecer isolado, mas que, para o caso brasileiro, devem-se aproveitar as diferenças.(6)

Neste ponto, levanta-se a questão a respeito de, com base no referencial teórico dos pares MUDANÇA/TRANSFORMAÇÃO, como poderíamos avançar, com os instrumentais da Geografia ou da Geopolítica sobre:

- a) a percebida “mudança nos agentes” que “organizam o território e produzem o quadro ambiental brasileiro” e
- b) quais as transformações aportadas por estes agentes e vetores que mereceriam ser investigadas em profundidade num diagnóstico de temas e de problemas na esfera sócio-ambiental. Estas transformações devem ser pesquisadas por cientistas ambientais e por equipes interdisciplinares preocupadas com o ambiente que temos recebido por herança.

A propósito, os cenários a serem deixados de herança, sem a degradação ambiental em curso, dariam mais um aporte para as políticas públicas em relação à qualidade ambiental alterada ou não por atividades novas como as da órbita turística. Para estas políticas públicas, as perspectivas dos geógrafos deveriam diagnosticar as mudanças e/ou transformações introduzidas pelo turismo e apontar medidas e instrumentos capazes de evitar os impactos negativos dos fluxos e atividades turísticas.

Uma vez que estamos inseridos em um ambiente de globalização, de fragmentação, de reestruturação, de implantação de “fortalezas econômicas”, os estudos ambientais buscariam soluções para as mudanças/transformações necessárias não em ambientes ou quadros naturais como “bacias hidrográficas degradadas”, mas na esfera dos “decision makers”? Caberia a alguém apresentar um projeto transdisciplinar para este objetivo, sem uma referência espacial (ou sócio-ambiental específica)? Por isto, os estudos de impactos sócio-ambientais do turismo não deveriam se fixar apenas nas áreas ou regiões (ou onde acontece, por exemplo, o “turismo ecológico”), mas também nas matrizes externas, que superimpõem decisões por intermédio de “operadoras” e agências receptoras. Assim, capturadas as variáveis com comando externo, seja na órbita das matrizes, seja na das agências/operadoras, se poderia ter um quadro para o manejo visando os necessários controles para a preservação ambiental ou, sendo menos otimista, antecipar ações para que as ações turísticas sejam impactantes em menor grau.

Turismo de e para Brasília⁽⁷⁾

Geograficamente, em que contexto o turismo de Brasília deve ser examinado?

A cidade encontra-se envolvida por um ambiente de totalidade econômica e social e sofrerá os impactos de ações desencadeadas em outros contextos. Avaliamos em outro documento que a gestão do turismo se reveste de componentes da globalização da economia, com impactos sobre as iniciativas locais, tal como ocorre na Capital federal.⁽⁸⁾ Os interesses de agências e/ou grupos externos influem na qualidade dos fluxos turísticos, sobre as práticas para a divulgação na imprensa e orientando o fluxo dos viajantes. Localmente, avalia-se que os fluxos turísticos seguem orientações dos agentes de viagens, ou são atraídos pelos de anúncios ou “merchandasing” em diferentes veículos da mídia. Neste aspecto, a imprensa dedica, semanalmente, cadernos inteiros ao turismo, veiculando anúncios vistosos e atrativos das agências e operadoras. Para uma amostragem de como a indução se faz por intermédio destes cadernos, amostramos, adiante, as chamadas de primeira página do jornal local Correio Braziliense⁽⁹⁾. Destas matérias jornalísticas, percebe-se nítida orientação para fora, voltadas para informações (e indução) de turismo em outros países, por vezes em contextos exóticos como os orientais.

No agregado dos oitenta e dois cadernos, cinquenta e cinco chamadas de primeira página ou 67%, davam cobertura a pontos turísticos de outros países. Destas chamadas, apenas vinte e sete (ou 33%) divulgavam o turismo em diferentes regiões do Brasil.

O argumento de que a mídia influi sobre as correntes turísticas, pode ser corroborado com um levantamento estatístico feito no referido jornal. Assim, dos oitenta e dois cadernos, amostramos as manchetes do primeiro caderno de cada mês, num total de vinte e uma chamadas. Destas, 71,4% divulgavam o turismo no exterior e apenas 28,6% o turismo em pontos do território brasileiro. Destes 71,4%, a título de exemplificação empírica, destacamos que:

- a) na amostra, a Europa é contemplada com 24,4% das matérias;
- b) 14,6% das chamadas se orientam para a divulgação de pontos turísticos da América do Norte, basicamente Estados Unidos da América e México;
- c) o jornal chama a atenção para a Ásia com 7,3% das manchetes;
- d) idêntico percentual é dedicado à América Central;
- e) a África e a América do Sul (excluído o Brasil) receberam, cada, 6,1% das matérias de capa.
- f) Por fim, a Austrália com apenas 1,2%.

Por estes dados amostrados fica evidente que dois terços da divulgação do turismo de Brasília se voltam para o exterior, dentro das expectativas delineadas anteriormente.

Turismo: a questão da inter e da multidisciplinaridade⁽¹⁰⁾

Todavia, se adotada a referência espacial, qual poderia ser a base territorial mais condizente com os necessários avanços da praxis (e na Epistemologia) da pesquisa dos problemas ambientais, provocados pelo turismo diretamente ou deflagrados a partir dele com projetos e impactos futuros?

Em razão das questões levantadas, outras seriam pertinentes visando abordar/debater a inter e multidisciplinaridade subjacente às problemáticas do turismo/ambiente. Nesta

direção, quais seriam os passos teórico-metodológicos para uma prática frente à questão, por exemplo do ecoturismo? A pergunta se refere ao ponto em se que considera o “tipo” de ciência capaz de tratar a questão ambiental, quando se detectam impactos diretos do turismo ou de atividades que, a partir dele, poderiam provocar mudança no quadro sócio-ambiental em que se instalam.

Neste ponto deve ser considerado o caráter simplificador de disciplinas como Economia, Política, Ecologia, etc. ao tratarem isoladamente problemas ambientais e/ou da atividade turística. No caso da Geografia, teria ela capacidade e abrangência tais que poderiam compartilhar com uma nova ossatura científica, a partir de novas perspectivas de praxis e epistemologia?

Não menos importante é a indagação subsequente: poderíamos considerar que se esgotou um paradigma científico ou nos encaminhamos para mais um dos tais “modismos” que, por vezes, assolam algumas comunidades científicas? Teria a questão um caráter esfíngico: “decifra-me ou te devoro”, clamando, portanto, por novas abordagens, novos formatos de se fazer Ciência?

Logicamente, há implicações trazidas pelo quadro macroeconômico delineado para os problemas ambientais brasileiros. Por exemplo, as “transformações técnicas e econômicas”, poderiam ter efeitos diretos sobre o meio geográfico brasileiro? Devem-se agregar, ainda, as “transformações institucionais”, por exemplo, como as que se processam no quadro da administração federal, no bojo da “reforma constitucional”. É de se questionar se não seriam apenas mudanças? Por exemplo, mudar certos artigos da Constituição, facilitaria a ação extrativa de nossos recursos (ambientais ou de outra natureza)? Há indícios ou antevisões de como “mudam” os governos e as políticas públicas sem arranhar sequer o verniz da ação dilapidadora, que degrada cada vez mais o ambiente construído histórica e socialmente? Uma outra questão que se levanta ao se abordar as reformas referidas é a de que poderemos, importar atividades dilapidadoras, com as facilidades dadas à mobilidade dos capitais, com o que não apenas não teremos encontrado solução para o desemprego e a fome, como agravaremos a qualidade de ambientes específicos? Como se antecipar e pesquisar tais efeitos para assumir atitudes preventivas e, por extensão, defensivas? Mais uma vez, qual o papel da Geografia e a dos geógrafos?

Ao contribuir para o debate da questão ambiental, Luiz Pinguelli Rosa levantou (Seminário do CIAMB/PADCT/MCT) alguns aspectos metodológicos não abordados em seu texto como, por exemplo, a questão da interdisciplinaridade, avaliada como sendo importante para abordar os problemas ambientais. Considera que não há um paradigma científico, mas muitos e diversificados paradigmas. Por conseqüência, não observa a existência de crise do paradigma científico.

Mais adiante, Pinguelli Rosa avalia criticamente a aplicação direta de tecnologias avançadas no Brasil, ao mesmo tempo que considerou o despreparo do País para inovar. Além dos impactos ambientais de certas tecnologias, avaliou os aspectos nocivos de sua aplicação em nosso contexto, se levado em conta o processo de desemprego por elas provocadas ao substituir o homem trabalhador pela máquina. Refere que o problema ambiental brasileiro é também social e político. Para exemplificar, analisa os problemas da geração de eletricidade em suas diversas formas. Considerou os custos ambientais da hidroeletricidade em cotejo com a produção de termoeletricidade e energia de centrais termoeletricas.

Pinguelli Rosa foi afirmativo na questão de que há uma ética a seguir e que cabe aos intelectuais, que não possuem poder de decisão, “influir no novo governo”. Destaca os

aspectos da cidadania uma vez que “somos atores da História”. Trata, por fim, do caso da energia nuclear que, no futuro, terá “solução viável” e das chamadas “tecnologias limpas”, ou das “que menos sujam”. O expositor, por sua vez, ao tratar da tecnologia aplicada à produção, indaga “desempregar para produzir para quem?”⁽¹¹⁾ Na contribuição deste cientista, ficou clara a idéia de que “ciência tem muita política” e o papel que cabe aos brasileiros em decidir sobre seu futuro.

Logicamente, os pontos levantados por Pinguelli Rosa, por analogia, podem ser considerados pertinentes para a atividade turística, pois há interconexões entre ambiente, economia (uso de energia, formatos produtivos, mercado de trabalho, emprego de tecnologias) e turismo. Cabe aos geógrafos fazer as interconexões e levantar as problemáticas, que são multi e interdisciplinares. Este é um dos muitos desafios para os cientistas sociais.

À guisa de conclusão

A atividade turística vem crescendo, sobretudo facilitada pelos modernos meios de comunicação e pela elevação das aspirações por entretenimento em certas classes sociais. Tanto que, segundo se divulga, o turismo é a terceira atividade, em termos econômicos, ficando atrás apenas da indústria petrolífera e da de produção de armamentos.

Ora, incrementando o fluxo financeiro, um maior número de pessoas se envolve, em diferentes contextos geográficos, em termos de exercício profissional e atividades ancilares e em termos de aproveitamento das ofertas de lugares para viagens, turismo e lazer.

De um modo e de outro, este incremento deverá afetar os países receptores de turistas, em termos de impactos positivos (aí incluídos a ampliação de oferta de postos de trabalho, de circulação e de acumulação de capitais) e negativos (impactos sobre a Natureza em termos de depredação e/ou poluição de ambientes e impactos sócio-culturais, quando culturas nativas são penetradas por turistas vindos do exterior, que disseminam novos hábitos e impõem sua língua e/ou comportamentos, à força de moedas mais fortes).

Em que pese as possibilidades de se abrirem canais de entendimento entre os povos, de se abrirem possibilidades de trabalho para os geógrafos, por intermédio do turismo, cabe a esse profissional uma consciente avaliação crítica do custo/benefício desta atividade. De seu trabalho um quadro real das potencialidades poderá ser levantado, sem deixar de levar em conta as vantagens e as desvantagens do turismo no sentido de orientar as decisões políticas para que a gestão do território nos ambientes destinados ao turismo se faça dentro dos limites dos interesses nacionais mais amplos.

Notas

- (1) Trabalho apresentado ao **VI Encontro de Geógrafos da América Latina**. Buenos Aires, março de 1997.
- (2) Ver Paviani, A, (1996). Urbanização para os países pobres: alguns componentes de análise. Apresentado no **Encontro Internacional O Mundo do Cidadão - O Cidadão do Mundo**. FFLCH/Geografia/USP. Outubro de 1996.
- (3) Latour, B. (1994). Jamais Fomos Modernos, Rio de Janeiro, Ed. 34, p. 143.
- (4) Santos, M. (1992), “1992: A Redescoberta da Natureza”. FFLCH/Departamento de Geografia/USP (mimeo).
- (5) Andrade, M. C. (1994). “Natureza e Sociedade hoje: Uma leitura geográfica”, **Seminário Temas e Problemas Ambientais Brasileiros**. Ilhéus, CIAMB/PADCT/MCT, dezembro de 1994 (mimeo).
- (6) Becker, B. K. (1994). “Organização territorial e produção do quadro ambiental brasileiro”. **Seminário Temas e Problemas Ambientais Brasileiros**. Ilhéus, CIAMB/PADCT/MCT, dezembro de 1994 (mimeo).
- (7) Ver Paviani, A, (1996). “Abertura Turística: Gestão local x gestão externa”. Apresentado no **VII Colóquio sobre Poder Local**. Salvador, dezembro de 1996.
- (8) Paviani, A, “Turismo nas metrópoles: Potencialidades novas?” **Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo**. FFLCH/Departamento de Geografia/USP, julho de 1995.
- (9) Foram amostradas as matérias de capa do Caderno **Turismo**, a partir de 15 de março de 1995 até 2 de outubro de 1996, num total de oitenta e duas edições.
- (10) Adaptado de Paviani, A, “**Impactos sócio-ambientais do turismo**”. **Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo**. FFLCH/Departamento de Geografia da USP, julho de 1995.
- (11) Rosa, P. L. (1994). “Tecnologia e energia - Espaço nacional e meio ambiente”. **Seminário Temas e Problemas Ambientais Brasileiros**. Ilhéus, CIAMB/PADCT/MCT, dezembro de 1994 (mimeo).